

II. A esquerda hegeliana

• Contrários ao *status quo* em política (e justamente em base à “irrefreável e revolucionária” dialética) e ateus (porque para Hegel a religião é representação, mito, e não razão), foram, ao invés, os representantes da esquerda hegeliana: David Strauss, Bruno Bauer, Max Stirner, Arnold Ruge, Ludwig Feuerbach e Karl Marx.

• Para David Friedrich Strauss (1808-1874), autor de uma *Vida de Jesus* (1835), o evangelho não é história, mas “mito”; o evangelho nos apresenta o “Cristo da fé”: é uma transfiguração dos fatos, que brotou da espera do Messias por parte do povo, sob o estímulo do fascínio poderoso de Jesus. É a verdade do mito é que a união do finito e do infinito não ocorre em um homem particular, mas é característica da *humanidade*. Cristo, escreve Strauss, “é aquele no qual a consciência da unidade do divino e do humano surgiu pela primeira vez e com energia, e que neste sentido é único e inigualável na história do mundo”.

Strauss:
o evangelho
não é história,
mas “mito”
→ § 1

• Bruno Bauer (1809-1882) ataca o cristianismo do lado ético. E se pergunta: “*Quem é o egoísta?*”. O crente, que deixa de lado o Estado, a história e a humanidade, e sobre as ruínas da razão e da humanidade ocupa-se apenas com sua alma miserável e sem interesse? Ou o *homem*, que vive e trabalha junto com os homens, e em *família, Estado, arte e ciência* satisfaz sua paixão pelo progresso da humanidade?

Bauer:
o crente
é um egoísta
→ § 2

• Max Stirner (pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt, 1806-1856) é autor de *O único e sua propriedade* (1845), onde defende a tese de que, para ser ateus até o fim, é preciso negar tanto *Deus* como a *humanidade*, e isto em nome da única realidade e do único valor que é o *indivíduo*. O indivíduo é a única fonte do direito: nem Deus, nem a ciência, nem a revolução (que impõe outras escravidões) são legitimados para impor regras ao indivíduo. A consequência de tudo isso é um egoísmo absoluto: o único entra em uma *associação* porque isso lhe é cômodo e considera os outros como objetos. O único será unicamente sua liberdade, sua vontade, seu poder. Esta é a sua propriedade: “Não aquela árvore, e sim minha força de dispor dela conforme me aprouver, constitui a minha propriedade”. A propriedade do único é o seu poder.

Stirner:
minha
propriedade
é o meu poder
→ § 3

• Arnold Ruge (1802-1880) – cuja influência sobre Marx será não indiferente – combate o pensamento de Hegel em nome da história concreta e no plano da política. E na *Filosofia do direito hegeliano e crítica de nosso tempo* (1842) ele afirma que “a razão, que quer despachar as fluidas existências da história por determinações eternas, cai em um jogo ridículo de prestígio”.

Ruge:
“Hegel
é um ridículo
escamoteador”
→ § 4

1 David Friedrich Strauss:
a humanidade como união
entre finito e infinito

Strauss (1808-1874) estudou na Escola teológica de Tübingen, sobre a qual

era determinante a influência hegeliana em relação à crítica teológica e à crítica bíblica.

Em 1835, publicou a *Vida de Jesus*, em que sustenta que o relato evangélico não é história, mas “mito”. O evangelho, em suma, não é crônica de fatos cientificamente comprovados, mas, ao contrário, nos apresenta o “Cristo da fé”: é uma transfiguração de fatos,

que brotou da espera do Messias pelo povo, sob o estímulo do poderoso fascínio de Cristo.

O evangelho não é história, é mito; mas não é lenda. A lenda também é transfiguração que a tradição opera, talvez a partir de fato histórico, mas nela não há significado metafísico. No mito, ao contrário, existe. Segundo Strauss, o mito evangélico encontra seu significado mais profundo no princípio cristão da encarnação, no homem-Deus que é Jesus. A idéia da unidade entre finito (homem) e infinito (Deus) é mito cristão que deve encontrar sua expressão adequada na filosofia. Os cristãos pensam que essa unidade se realizou em um indivíduo, em Jesus, o homem-Deus. Mas aí reside, segundo Strauss, o mito: na crença de que a encarnação se tenha realizado em indivíduo histórico determinado. A realidade é que Jesus “é aquele no qual a consciência da unidade entre o divino e o humano apareceu pela primeira vez com energia e, nesse sentido, ele é único e inigualável na história do mundo”.

Entretanto, continua dizendo Strauss, não se trata de que “a consciência religiosa, conquistada e promulgada por ele pela primeira vez, possa se subtrair a ulteriores justificações e extensões que resultam do desenvolvimento progressivo do espírito humano”. E o desenvolvimento do espírito humano, isto é, a consciência filosófica (ou, melhor ainda, a filosofia hegeliana), faz Strauss dizer que não é em um indivíduo em particular (Jesus) que se deve ver a união entre o finito e o infinito, e sim que “a humanidade é a unificação das duas naturezas, o Deus tornado homem: é o espírito infinito que se aliena na finitude e o espírito finito que se recorda de sua infinitude; ela é filha da mãe visível e do pai invisível, isto é, do espírito e da natureza”.

O conteúdo do evangelho e da filosofia, portanto, é o mesmo: é constituído pela unidade entre o finito e o infinito, do homem com Deus. No cristianismo esse conteúdo se expressa sob forma de representação no mito de Jesus homem-Deus, ao passo que a filosofia está em condições de traduzir essa verdade inadequada de forma racional.

2 Bruno Bauer: a religião como “desventura do mundo”

Foi candente a polêmica sobre o trabalho de Strauss. Nesse meio tempo, porém,

a esquerda adquiriria relevância sempre maior.

Entre 1838 e 1841 saíram os “Anais de Halles sobre a ciência e a arte alemãs”, dirigidos por Arnold Ruge (também expoente da esquerda), e nos quais escreveram, entre outros, Feuerbach, Marx e Bauer.

Com efeito, nesse período Bauer passa da direita para a esquerda, acentuando a oposição entre *egoísmo religioso* e *moralidade humana* e chegando a posições muito extremas, a ponto de acabar em ateísmo explícito.

Bauer não quer que a humanidade fique ligada “a um além quimérico”; o que ele quer é que os homens unam seus esforços em vista de um progresso contínuo nas artes, na ciência e nas instituições. Para Bauer, “o homem religioso (é aquele que) *não encontra nada de bom neste mundo*”, e é um egoísta, porque se isola e se ocupa apenas de sua alma e não se lança na “frente de combate da humanidade”.

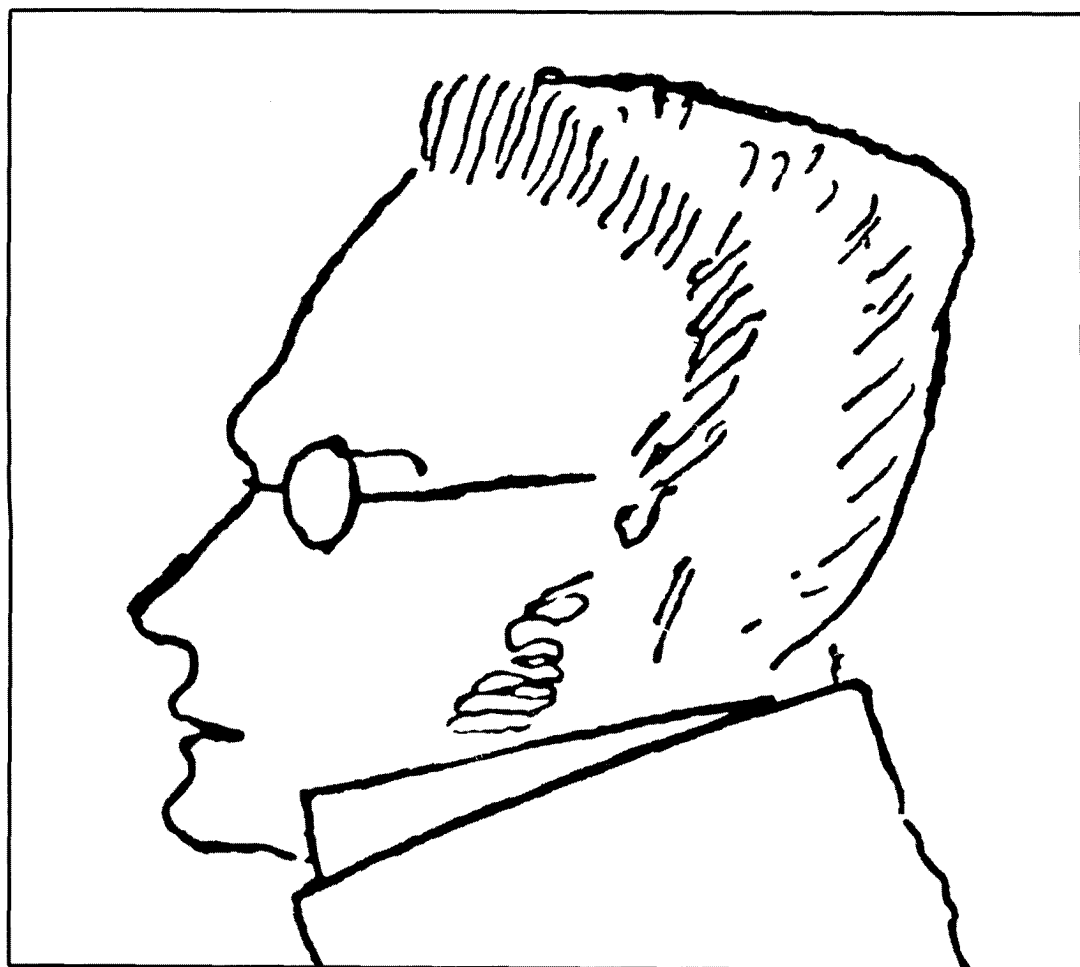
Em 1841, Bauer publicou *A trombeta do juízo universal contra Hegel ateu e anticristo*, onde tenta demonstrar que, precisamente a partir da perspectiva hegeliana, a religião deve ser negada e o ateísmo é verdadeiro. Ainda de 1841 é a obra de Ludwig Feuerbach *A essência do cristianismo*, na qual o ateísmo é proposto como nova forma de humanismo.

Daí em diante, Feuerbach substituiria Strauss na liderança da esquerda que, com Feuerbach e Marx, passará à crítica do sistema hegeliano e depois, sobretudo com Marx, se deslocará da crítica do céu (isto é, da religião) para a crítica da terra (isto é, da economia e da política). Todavia, antes de tratar de Feuerbach e de Marx, devemos recordar duas outras figuras da esquerda hegeliana: Stirner e Ruge.

3 Max Stirner: “eu depositei minha causa no nada”

Max Stirner (pseudônimo de Johann Caspar Schmidt, 1806-1856), ainda como aluno de Hegel em Berlim, rebelou-se contra ele em nome do individualismo anárquico, e censurou Feuerbach por ter substituído o Deus da religião por outro deus, igualmente perigoso: a humanidade.

A obra fundamental de Stirner é *O único e sua propriedade* (1845), onde o autor



Esboço do perfil de Max Stirner, realizado por Friedrich Engels.
Moscou, Biblioteca do Instituto Marxista-Leninista.

defende a tese de que, para ser ateu até as últimas conseqüências, é preciso *negar tanto Deus como a humanidade*, em nome da única realidade e do único valor, o indivíduo. O indivíduo, o Eu ou o único, é irrepitível, é medida de todas as coisas, não pode ser escravo nem de Deus, nem da humanidade, nem dos ideais. Ao único se subordina tudo. O único é liberdade em relação a todos e nada existe de superior ao homem. E o homem não é idéia, essência ou a espécie. *O homem vale em sua singularidade* e não depende de ninguém: “Eu depusitei a minha causa no nada”, diz Stirner.

A conseqüência das idéias expostas é o *egoísmo absoluto*. Só o único é que conta, não Deus, a sociedade ou os ideais. Aliás, para Stirner, os ideais religiosos, morais ou políticos não diferem das fixações da loucura. O homem não pode ser sufocado

e comprimido pela Igreja, pelo Estado, pela sociedade, pelos partidos. Nem pelo socialismo que o liberta da escravidão da propriedade privada, mas que o faz tornar-se servo da sociedade. O centro e o fim da liberdade autêntica é o eu singular, o único: “Não valho eu mais do que a liberdade? Não sou eu que me torno livre a mim mesmo? Não sou eu talvez o primeiro?”

O indivíduo é a única fonte do direito: nem Deus, nem a sociedade, nem a revolução (que sempre cria outras hierarquias e outras escravidões) têm legitimidade, para Stirner, de impor regras ao indivíduo. O indivíduo é um dado imediato: não se pode universalizá-lo em uma teoria.

O único entra em uma *associação* de homens com o único objetivo de se tornar mais forte, e considera os outros como objeto. O único não faz revolução (por-

que, precisamente, impõe outras servidões obsessivas); sua palavra de ordem é a *insurreição*.

O único, que ainda deve surgir, não será nem um cidadão submetido ao Estado e, portanto, escravo do trabalho, nem um esfarrapado socialista submetido às providências da sociedade e à ética do “dever”.

Ele será apenas sua liberdade, seu poderio, sua vontade. Esta é a sua *propriedade*. “Não aquela árvore, e sim minha força de dispor dela como me aprouver, constitui minha propriedade”. Minha propriedade, sentencia Stirner, “é o meu poder”.

4 Arnold Ruge:

“a verdade submete
em massa todo o mundo”

Outro crítico de Hegel foi Arnold Ruge (1802-1880), cuja influência sobre Marx seria notável (ainda que depois, em 1844, os dois chegassem ao rompimento). Ruge combate o pensamento de Hegel precisamente em nome da história concreta e no plano da política.

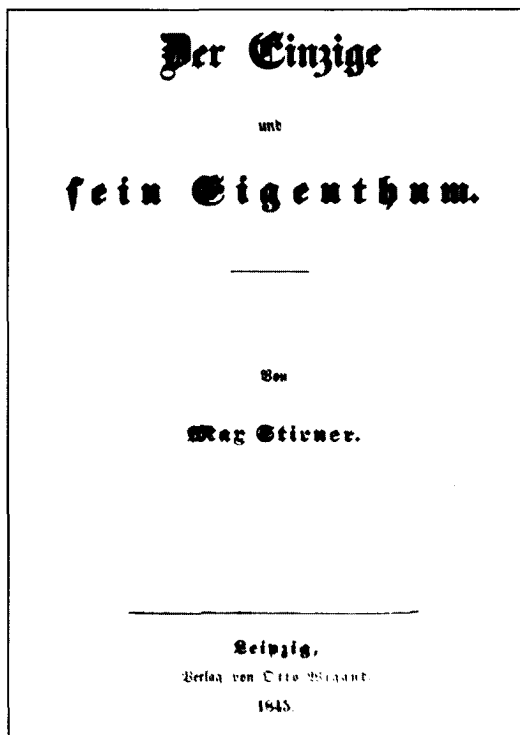
A filosofia não pode, como pretende Hegel, “elevar a existência ou as determinações históricas ao plano de determinações lógicas.” Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, Ruge escreve: “A razão, que quer nos impingir as fluidas existências da história como determinações eternas, cai em um jogo ridículo de prestígio”.

A filosofia, ou melhor, os filósofos, devem determinar o movimento da história.

Com efeito, para Ruge, o filósofo que sabe compreender que a crítica filosófica determina o movimento da história “está encaixado na moldura de sua época”, pois a verdade submete em massa todo o mundo.”

Como se vê, nos jovens da esquerda, a crítica à religião desemboca na crítica à

política. Essa tendência se acentuará com Marx. Por isso, é compreensível que esses filósofos não tenham tido vida fácil. Em breve falaremos das vicissitudes de Feuerbach e Marx. Ruge foi obrigado a renunciar à sua livre-docência em Halles; seus “Anais” foram fechados e ele próprio acabou na prisão. Evitou a prisão pela segunda vez, refugiando-se primeiro em Paris, depois na Suíça e por fim na Inglaterra. Stirner acabou a vida em miséria degradante. Bauer, perdendo a cadeira universitária, viveu em Berlim como livre-escritor, entre dificuldades.



Frontispício da primeira edição da obra *Der Einzige* (“O único”) de Max Stirner, publicada em Leipzig em 1845.

III. Ludwig Feuerbach

e a redução da teologia a antropologia

• Ludwig Feuerbach (1804-1872) é, depois de Marx, o representante de maior saliência da esquerda hegeliana. Suas *Lições sobre a essência da religião* – apresentadas em Heidelberg em 1848 – foram publicadas em 1851. Em 1841 Feuerbach havia publicado sua obra mais importante: *A essência do cristianismo*. É aí que ele propõe aquela que ele próprio define como *redução da teologia e da religião a antropologia*.

Vida e obras
→ § 1

• A filosofia não tem a tarefa de negar ou ridicularizar o grande evento humano que é a religião. Deve compreendê-lo. E o compreende, afirma Feuerbach, quando percebemos que “a consciência que o homem tem de Deus é a consciência que o homem tem de si”. Em poucas palavras: *a teologia é antropologia*; o discurso sobre Deus é, na realidade, um discurso sobre o homem, uma vez que o homem – que encontra uma natureza insensível a seus sofrimentos – põe suas qualidades, suas aspirações, seus ideais para fora de si, torna-se estranho, se aliena e constrói sua divindade. A religião é a projeção da essência do homem: “Deus é o espelho do homem”.

Deus,
“espelho
do homem”
→ § 2-3

• A religião, para Feuerbach, é um fato totalmente humano. E, uma vez desvelado o mistério da religião, ao Deus no céu ele substitui outra divindade, o homem “de carne e sangue”. É à moral que prega o amor de Deus, ele pretende substituir a moral que recomenda o amor do homem em nome do homem. A intenção do *humanismo* de Feuerbach é a de transformar os homens de amigos de Deus em amigos dos homens, “de homens que crêem em homens que pensam, de homens que rezam em homens que trabalham, de candidatos do além em estudiosos do aquém”.

O “humanismo”
de Feuerbach
→ § 4

1 Vida e obras

Ludwig Feuerbach (1804-1872) primeiro estudou teologia em Heidelberg e depois em Berlim, onde ouviu Hegel. De Berlim, escreveu ao pai: “Aprendi com Hegel em quatro semanas tudo o que não aprendi antes em dois anos”.

Mas as dúvidas não tardaram a surgir. Em 1830 tomou posição contra a direita hegeliana, com o ensaio *Pensamentos sobre a morte e a imortalidade*, onde a imortalidade é negada para o indivíduo em particular e admitida apenas para a humanidade. Esse escrito bloqueou a carreira acadêmica de Feuerbach.

Durante o ano de 1848, porém, os estudantes progressistas de Heidelberg o convidaram a ministrar um curso, quando então desenvolveu as *Lições sobre a essência*

da religião, publicadas depois em 1851. À exceção desse parêntese público, Feuerbach viveu afastado, em total miséria, morrendo em Rechenberg, em 1872.

2 Não é Deus que cria o homem, mas o homem que cria Deus

Em 1837, Feuerbach era ainda fervoroso hegeliano. Mas, em 1839, as coisas já haviam mudado, porque no escrito *Pela crítica da filosofia hegeliana* há, sim, elogios a Hegel, mas também críticas: “Hegel começa com o ser, isto é, com o conceito de ser ou com o ser abstrato; por que eu não devo poder começar com o próprio ser, isto é, com

o ser real?” Para Feuerbach, Hegel “pôs de lado os fundamentos e as causas naturais, as bases da filosofia genético-crítica”. Mas uma filosofia que deixa de lado a natureza é vã especulação.

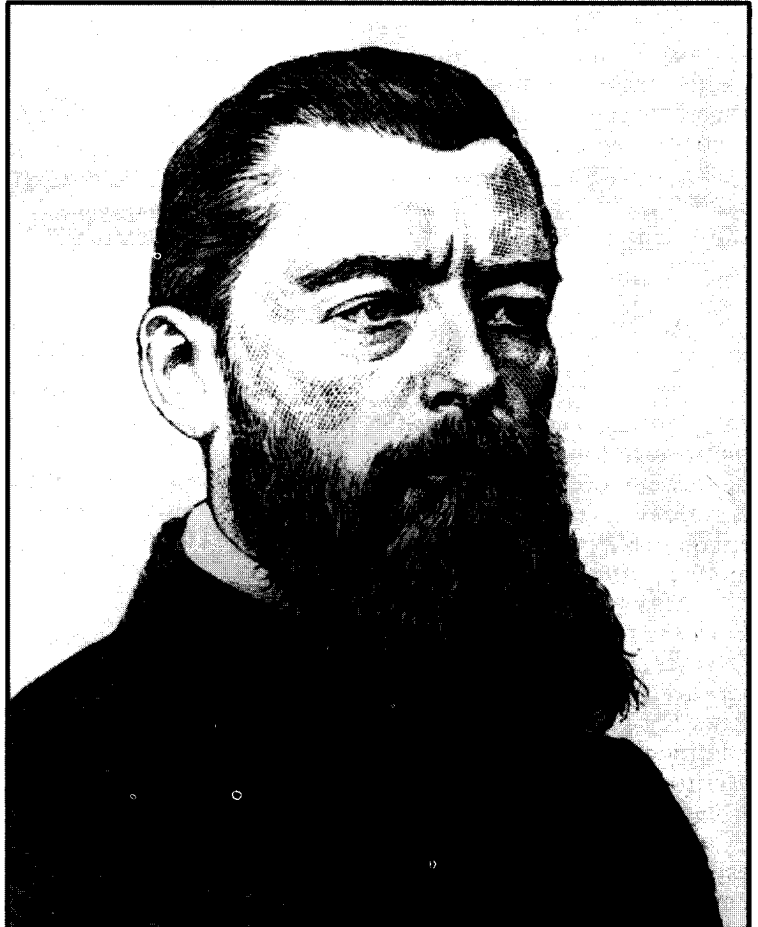
Em 1841 sai a obra mais importante de Feuerbach, *A essência do cristianismo*, na qual o autor efetua o que ele próprio define como a *redução da teologia e da religião a antropologia*. O interesse pela religião estava claro para Feuerbach desde o início, e permaneceu constante em todas as fases de seu pensamento, que ele assim esquematiza: “Meu primeiro pensamento foi Deus, meu segundo foi a razão, meu terceiro e último foi o homem”.

Hegel suprimira o Deus transcendente da tradição, substituindo-o pelo espírito, isto é, digamos, a realidade humana em sua abstração. Mas aquilo que interessa a Feuerbach não é uma idéia de humanidade,

mas muito mais o homem real, que é, antes de mais nada, natureza, corporeidade, sensibilidade, necessidade. Portanto, é preciso negar o idealismo, que é somente o extravio do homem concreto. E, com maior razão, é preciso negar o teísmo, já que não é Deus que cria o homem, e sim o homem que cria Deus.

3 A teologia é antropologia

Feuerbach admite com Hegel a unidade entre o finito e o infinito. Mas, em sua opinião, essa unidade não se realiza em Deus ou na idéia absoluta, e sim no homem, em um homem que a filosofia não pode reduzir a puro pensamento, mas sim deve considerar em sua inteireza, “da cabeça ao calcanhar”, em sua naturalidade e em sua sociabili-



Ludwig Feuerbach
(1804-1872)
foi o teórico da concepção
segundo a qual
a teologia é antropologia.

de. E a religião sempre desempenhou um papel fundamental na história do homem concreto.

A filosofia não tem a função de negar ou ridicularizar esse grande fato humano que é a religião. Deve compreendê-lo. E o compreende, afirma Feuerbach, quando se dá conta de que “*a consciência que o homem tem de Deus é a consciência que o homem tem de si*”. Em outros termos, o homem põe suas qualidades, suas aspirações e seus desejos fora de si, afasta-se, aliena-se e constrói sua divindade.

A religião, portanto, está “no relacionar-se do homem com sua própria essência (nisso consiste sua verdade), mas sua essência não como sua e sim como outra essência, separada e dividida dele, até oposta (nisso consiste sua falsidade)”. A religião, pois, é a projeção da essência do homem: “Deus é o espelho do homem”, afirma Feuerbach. Na oração, o homem adora seu próprio coração; o milagre é “o desejo sobrenatural realizado”; “os dogmas fundamentais do cristianismo são desejos realizados do coração”.

Para Feuerbach, a religião é fato humano, *totalmente humano*. E isso “ainda que o homem religioso não tenha consciência do caráter humano do seu conteúdo, não admita que o seu conteúdo seja humano”. Mas, comenta Feuerbach, “assim como o homem pensa quais sejam os seus princípios, tal é o seu Deus: quanto o homem vale, tanto e não mais vale o seu Deus [...]. Tu conheces o homem pelo seu Deus e, reciprocamente, Deus pelo homem; um e outro se identificam [...]. *Deus é o íntimo revelado, a essência do homem expressa*; a religião é a revelação solene dos tesouros ocultos do homem, a profissão pública de seus segredos de amor”.

É esse o sentido da tese de Feuerbach, segundo o qual “o núcleo secreto da teologia é a antropologia”. Diz ele que o homem desloca seu ser para fora de si antes de encontrá-lo em si. É esse encontro, “essa aberta confissão ou admissão de que a consciência de Deus nada mais é do que a consciência da espécie”, Feuerbach o vê como “reviravolta da história”. Finalmente, na história, “*homo homini deus est*”.

Assim, “todas as qualificações do ser divino são [...] qualificações do ser humano”: o ser divino é unicamente “*o ser do homem libertado dos limites do indivíduo, isto é, dos limites da corporeidade e da realidade, mas objetivado, ou seja, contemplado e adorado como outro ser, distinto dele*”.

 1

4 O “humanismo” de Feuerbach

Todavia — e essa pergunta não pode ser evitada —, por que o homem se alheia, por que constrói a divindade sem nela se reconhecer? Feuerbach responde: porque o homem encontra uma natureza insensível a seus sofrimentos, porque tem segredos que o sufocam; e, na religião, alivia seu próprio coração oprimido. “Deus é uma lágrima de amor derramada no mais profundo segredo *sobre a miséria humana*.”

Eis, portanto, desvelado o mistério da religião: Feuerbach substituiu o Deus do céu por outra divindade, o homem “de carne e de sangue”. E, assim, pretende substituir a moral que recomenda o amor a Deus pela moral que recomenda o amor ao homem em nome do homem. Essa é a intenção do *humanismo* de Feuerbach: a de transformar os homens de amigos de Deus em amigos dos homens, “de homens que crêem em homens que pensam, de homens que oram em homens que trabalham, de candidatos ao além em estudiosos do aquém, de cristãos — que, por seu próprio reconhecimento, são metade animais e metade anjos — em homens em sua inteireza”.

Inicialmente, a esquerda hegeliana usou Hegel contra a teologia e a filosofia tradicional. E, posteriormente, dirigiu suas críticas contra as “abstrações” hegelianas, em nome do homem concreto, do indivíduo em particular ou da política revolucionária. Substancialmente, a esquerda hegeliana combateu a fé cristã em nome de uma metafísica imanentista, e as abstrações da filosofia hegeliana em nome da “concretude”.

FEUERBACH

1 A teologia é antropologia

"A consciência que o homem tem de Deus é o conhecimento que o homem tem de si. Tu conheces o homem pelo seu deus, e, reciprocamente, Deus pelo homem; um e outro se identificam".

Na relação com as coisas *exteriores* a consciência que o homem tem do objeto é distinguível da consciência que o homem tem de si próprio; porém, tratando-se do objeto *religioso*, a consciência e a autoconsciência sem dúvida se identificam. O objeto *sensível* é externo ao homem, o religioso está *nele*, em seu interior e, por isso, é um objeto que não se pode cindir do homem, assim como não se pode cindir dele o conhecimento de si, a consciência; é um objeto íntimo, melhor ainda, de todos o mais íntimo, o mais próximo. "Deus – diz, por exemplo, Agostinho – nos é mais próximo, mais ligado, e por isso também mais facilmente reconhecível que as coisas sensíveis e corporais". O objeto sensível é em si um objeto *indiferente*, independente das convicções, do juízo. O objeto da religião, ao contrário, é um objeto *pré-escolhido*: é o ser mais prezado, o primeiro, o mais excelso; por sua natureza pressupõe um juízo crítico, a distinção entre o divino e o não divino, entre o digno de adoração e o não digno de adoração. É aqui, por isso, vale sem reservas a proposição: aquilo que o homem põe como objeto nada mais é que seu próprio ser objetivado. Assim como o homem pensa, como são os princípios dele, tal é seu deus: o quanto vale o homem, tanto e não mais vale seu deus. *A consciência que o homem tem de Deus é o conhecimento que o homem tem de si. Tu conheces o homem pelo seu deus, e, reciprocamente, Deus pelo homem; um e outro se identificam.* Para o homem, é Deus seu próprio espírito, sua própria alma. É o que para o homem é espírito, o que é sua alma, seu coração, isso é seu deus: Deus é o íntimo *revelado*, a essência do homem *expressa*; a religião é a revelação solene dos tesouros escondidos do homem, a profissão pública de seus segredos de amor.

Todavia, de tudo o que dissemos não se deve deduzir que o homem religioso seja diretamente consciente de que a consciência que tem de Deus seja a mesma autoconsciência

de seu próprio ser, pois exatamente o não ser consciente disso é o fundamento da verdadeira e própria essência da religião. Para evitar esse equívoco diremos melhor: a religião é a primeira, mas indireta, autoconsciência do homem. Por isso a religião *precede sempre* a filosofia, tanto na história da humanidade como na história dos indivíduos particulares. O homem desloca seu ser *para fora de si*, antes de encontrá-lo *em si*. Em um primeiro tempo ele está consciente do próprio ser como de outro ser. A religião é a infância da humanidade; a criança vê o próprio ser, o homem, fora de si, ou seja, ela objetiva o próprio ser em outro homem. Por isso o progresso histórico das religiões consiste exatamente em considerar em um segundo tempo como subjetivo e humano aquilo que as primeiras religiões consideravam como objetivo e adoravam como *deus*. As primeiras religiões são idolatrias para as religiões posteriores; estas reconhecem que o homem adorou o próprio ser sem saber disso. Nisso consiste seu progresso e, por conseguinte, todo progresso na religião é para o homem um conhecimento mais profundo de si mesmo. Mas toda religião particular que define como idolatrias suas mais antigas irmãs, exclui a si própria – e na verdade necessariamente, pois de outra forma não seria mais religião – desse destino, dessa natureza universal da religião; apenas às outras religiões atribui aquilo que sempre permanece – ainda que de modo diverso – o vício da religião em geral. Pelo fato de ter outro objeto, outro conteúdo, pelo fato de ter superado o conteúdo das religiões anteriores, imagina estar elevada acima das leis necessárias e eternas sobre as quais se fundamenta a essência de toda religião, imagina que seu objeto, seu conteúdo seja sobrenatural. Mas aquilo que a religião por si mesma não pode fazer, ou seja, estudar sua natureza como um objeto qualquer, pode fazê-lo o pensador, que por isso penetra na essência da religião e revela todo o segredo dela. Nossa tarefa é exatamente a de mostrar que a distinção entre o divino e o humano é ilusória, isto é, que não é outra coisa que a distinção entre a essência da humanidade e o homem *individual*, e que, por conseguinte, também o objeto e o conteúdo da religião cristã são humanos e nada mais que humanos.

A religião, pelo menos a religião cristã, é o conjunto das relações do homem consigo mesmo, ou melhor, com seu próprio ser, visto, porém, como *outro ser*. O ser divino não é mais que o ser do homem liberto dos limites do indivíduo, isto é, dos limites da corporeidade e da realidade, e objetivado, ou seja, contemplado e adorado como outro ser, distinto dele. Todas

as qualificações do ser divino são por isso qualificações do ser humano. [...]

Crês que o amor seja um atributo de Deus porque tu mesmo amas, crês que Deus seja um ser sábio e bom porque consideras a bondade e a inteligência tuas melhores qualidades; crês que Deus exista, que ele, portanto, seja um sujeito ou um ser – aquilo que existe é um ser, ainda que depois definido e caracterizado como substância ou como pessoa ou de qualquer outro modo – porque tu mesmo existes, porque tu mesmo és um ser. Não conheces um bem humano maior do que amar, ser bom e sábio, como também não conheces uma felicidade maior do que o existir; com efeito, a consciência de todo bem, de toda felicidade, está em ti ligada à consciência da existência. Deus é para ti um ser existente pelas mesmas razões pelas quais é para ti um ser sábio, feliz, bom. [...]

A identidade do sujeito e do atributo resulta de modo mais evidente pela evolução da religião, que se identifica com a evolução da civilização humana. Enquanto o homem está no estado de natureza, também seu deus é puramente naturalista. Quando o homem habita nas casas, encerra também seus deuses nos templos. O templo não é mais que um testemunho do valor que o homem atribui aos edifícios. Os templos em honra da religião são, na realidade, templos em honra da arquitetura. Com a elevação do homem do estado rústico e selvagem para o estado de civilização, com a distinção entre aquilo que convém ou não convém ao homem, surge contemporaneamente também a distinção entre aquilo que convém ou não convém a Deus. Deus é o conceito da majestade, da suma dignidade, e o sentimento religioso é o sentimento do sumo decoro. Apenas em uma era posterior os refinados artistas da Grécia concretizaram nos simulacros dos deuses os conceitos de dignidade, de magnanimidade, do repouso impassível e da serenidade. Todavia, por que estas qualidades eram para eles atributos dos deuses? Porque já por si mesmas tinham para eles o valor de divindade. Por que excluíam os movimentos de ânimo abjetos e repugnantes? Precisamente porque os julgavam inconvenientes, indignos, não humanos e, portanto, não divinos. Os deuses homéricos comem e bebem; isso significa: comer e beber são gozo divino. A presença física é um de seus atributos; Júpiter é o mais forte dos deuses. Por quê? Porque a presença física era considerada em si e por si mesma alguma coisa de belo, de divino. A virtude guerreira era para os antigos germanos a suma virtude; por isso também seu sumo deus, Odín, era o deus da guerra, e a guerra era para eles a lei originária, a mais antiga lei.

Não o atributo de divindade, mas a divindade do atributo é o primeiro ser divino verdadeiro. Portanto, aquilo que até aqui para a teologia e para a filosofia tinha o valor do absoluto, do essencial, de Deus, isso não é Deus; mas é Deus precisamente aquilo que para elas não tinha o valor de Deus, isto é, o atributo, a qualidade, a qualificação, a realidade em geral. Verdadeiro ateu, isto é, ateu no significado habitual da palavra, não é por isso aquele que nega Deus, o sujeito, mas aquele que nega os atributos do ser divino, como o amor, a sabedoria, a justiça. Com efeito, também a negação do sujeito não leva necessariamente à negação dos atributos em si mesmos. Os atributos têm um valor próprio, independente; por seu conteúdo eles obrigam o homem a reconhecê-los, impõem-se a ele diretamente, por si mesmos se demonstram como verdadeiros. Bondade, justiça, sabedoria não são quimeras pelo fato de que a existência de Deus é uma quimera, e também não são verdade pelo fato de que a existência de Deus é uma verdade. O conceito de Deus é dependente do conceito de justiça, de bondade, de sabedoria – um Deus que não seja bom, que não seja justo, que não seja sábio, não é Deus – mas não vice-versa. Uma qualidade não é divina pelo fato de que Deus a possui, mas Deus a possui porque ela em si e por si mesma é divina, porque Deus sem ela seria um ser imperfeito. [...]

O homem – este é o mistério da religião – projeta o próprio ser fora de si e depois se faz objeto desse ser metamorfoseado em sujeito, em pessoa; ele se pensa, mas como objeto do pensamento de outro ser, e este ser é Deus. Que o homem seja bom ou mau, não é indiferente para Deus; pelo contrário! É antes um vivo, um íntimo interesse de Deus que o homem seja bom e seja feliz, pois sem bondade não há felicidade. O homem religioso desmente, portanto, a nulidade da atividade humana pelo próprio fato de que faz de seus sentimentos, de suas ações, o objeto do pensamento de Deus – com efeito, aquilo que é objeto no pensamento é escopo na ação –, reduz a atividade divina a nada mais que um meio de salvação para o homem. Deus é ativo para que o homem seja bom e feliz. Sob as aparências de abaixar o homem ao grau mais ínfimo, na realidade o eleva ao sumo grau. Assim, o homem em Deus e por meio de Deus tem em mira apenas a si próprio: indubitavelmente o homem tem em mira Deus, mas Deus não mira a nada mais que à salvação moral e eterna do homem; portanto, o homem não tem em mira mais que a si próprio, e a atividade divina não difere em nada da atividade humana.

L. Feuerbach,
A essência do cristianismo.